Sumário

Apresentação 13

1. Delimitação do Campo de Pesquisa 17
   1.1. Introdução 19
   1.2. Metodologia 24
      1.2.1. A migração de conceitos 24
      1.2.2. O referente institucional 27
      1.2.3. O discurso 30
      1.2.4. O conceito de sujeito psíquico 34

2. A Constituição da Escuta Analítica na Perspectiva de Sigmund Freud 37
   2.1. Da terapia hipno-catártica à Psicanálise 47
   2.2. A noção de sujeito psíquico no dispositivo da escuta analítica 54
   2.3. As regras estabelecidas na clínica à constituição da escuta analítica 64
   2.4. O conceito de transferência na (re)constituição da escuta analítica 69

3. O Trabalho do Perito Judicial 79

4. Comparação das Práticas do Psicanalista e do Perito: a Construção da Escuta Analítica no Campo Pericial 89

5. Conceitos e Procedimentos da Prática Discursiva Jurídica 115
   5.1. Hans Kelsen e a teoria positivista do Direito 120
   5.2. Miguel Reale e a teoria tridimensional do Direito 128

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5.3. O giro lingüístico como novo paradigma na ciência jurídica 133
5.4. Tercio Sampaio Ferraz Jr. e a teoria analítico-pragmática do Direito 135
5.4.1. Parâmetros metodológicos de análise e definições mais gerais do Direito 136
5.4.2. A ciência dogmática do Direito e os fundamentos do procedimento jurídico 144
5.4.3. A delimitação de papéis e modalidades discursivas na situação comunicativa jurídica 156

6. Análise dos Dispositivos Teórico-Metodológicos Referentes ao Direito e à Psicanálise: Modos como Instituem e Lidam com a Noção de Conflito 163
6.1. Os procedimentos jurídicos 166
6.1.1. A construção do conflito jurídico 166
6.1.1.1. Atribuição do próprio discurso à responsabilidade de um outro 170
6.1.1.2. Aplicação da questão conflitiva à norma jurídica 171
6.1.1.3. Instauração de uma temporalidade ..... que afasta a emissão e a recepção dos discursos 175
6.1.1.4. Exigência do "dever de prova" 176
6.1.1.5. Transferência do ato decisório 178
6.1.2. A comunicação estabelecida na prática discursiva jurídica 179
6.2. Os procedimentos psicanalíticos 185
6.2.1. A construção do conflito nos termos da neurose de transferência 185
6.2.2. As regras fundamentais no manejo da transferência analítica 191
6.2.3. Os dispositivos centrais da prática discursiva psicanalítica 198

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6.2.3.1. Retirada de alguns parâmetros de objetividade que regulam o contato social 200
6.2.3.2. Construção de um lugar de saber do analista 202
6.2.3.3. Inscrição do conflito na temporalidade do *a posteriori* 204
6.2.3.4. Apropriação do conflito pelos termos do discurso psicanalítico 208
6.2.3.5. Exigência do "dever de prova" transferencial à interpretação analítica 211
6.3. Os procedimentos jurídicos e psicanalíticos nas respectivas cenas transferenciais genéricas 213

7. A Prática Discursiva Instituída no Encontro entre a Escuta Analítica e a Função Normativa Jurídica 223
7.1. A cena judiciária na transferência com o perito psicanalista 230
7.2. O sujeito constituído na prática discursiva pericial 245
7.3. Os limites e possibilidades da escuta analítica no âmbito pericial 255
7.4. Considerações finais 259

Referências Bibliográficas 261

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br